

Domingo, 04 de Outubro de 2026

Europa trava, China limita: o duplo desafio da carne bovina brasileira

A pecuária brasileira chegou a outubro de 2026 diante de um teste que não começou na porteira. Em 3 de setembro, a União Europeia suspendeu as importações de produtos de origem animal do Brasil, incluindo a carne bovina, por considerar insuficientes as garantias sobre o controle de antimicrobianos na pecuária.

Vinte e seis dias depois, em 29 de setembro, a cota anual brasileira na China se esgotou, e os volumes excedentes passaram a pagar sobretaxa de 55% a partir de 2 de outubro. São decisões de natureza distinta — uma sanitária, outra comercial — que convergem para o mesmo ponto: a competitividade da carne brasileira depende, cada vez mais, de regras definidas fora do país.

O que está em jogo não é apenas o volume exportado. É a rentabilidade de toda a cadeia, a segurança dos contratos e a capacidade de planejamento de frigoríficos e produtores que construíram sua posição internacional sobre produtividade, escala e eficiência.

A regulamentação europeia proíbe o uso de antimicrobianos como promotores de crescimento e restringe medicamentos reservados ao tratamento humano, dentro da estratégia de combate à resistência antimicrobiana — problema de saúde pública que a Organização Mundial da Saúde associa a milhões de mortes por ano.

O ponto central da controvérsia não é a qualidade intrínseca da carne brasileira, mas a capacidade do sistema nacional de demonstrar, com registros verificáveis, que os controles adotados atendem ao padrão exigido pelo bloco.

Em 2025, o Brasil embarcou mais de 92 mil toneladas de carne bovina para a União Europeia, movimentando cerca de € 713 milhões. O acordo UE-Mercosul e a pressão dos produtores europeus fazem parte do cenário, mas não substituem os requisitos sanitários formalmente estabelecidos.

O efeito mais sensível aparece na Cota Hilton, que permite exportar cortes premium ao bloco em condições tarifárias preferenciais. O teto brasileiro é de 10 mil toneladas por ciclo, das quais 8.951 correspondem à fatia da União Europeia e 1.049 toneladas à do Reino Unido, divisão herdada do Brexit.

Antes da suspensão, os frigoríficos aceleraram os embarques e enviaram 6.767 toneladas entre julho e agosto — aproximadamente 76% da cota europeia e pouco mais de 67% do teto total do país. O prêmio de preço desses cortes ficou, na prática, trancado do lado de fora do bloco.

A projeção inicial de perda supera US\$ 22 milhões no ciclo 2026/27 e pode passar de US\$ 97 milhões em 2027/28 se o bloqueio se prolongar, somando mais de US\$ 100 milhões ao longo de dois ciclos. São estimativas condicionais, dependentes do volume efetivamente disponível e dos preços praticados, e não perdas já consolidadas.

Ainda assim, ilustram a dimensão econômica de um mercado no qual a conformidade pode representar diferença relevante de margem — e abriram espaço para que Argentina e Uruguai disputem o segmento de carne premium.

Enquanto o Brasil busca reverter a suspensão europeia, perdeu terreno também no seu principal cliente. Em 2025, a China absorveu cerca de 1,68 milhão de toneladas de carne bovina brasileira, o equivalente a aproximadamente US\$ 8,9 bilhões e 48% do volume total exportado.

Para 2026, a cota estabelecida foi de 1,106 milhão de toneladas — cerca de 66% do volume enviado no ano anterior. Atingido o limite em 29 de setembro, o excedente passou a pagar 55% de sobretaxa, além da tarifa ordinária de 12%, desde 2 de outubro.

A salvaguarda chinesa protege a produção doméstica e sinaliza diversificação de fornecedores e maior controle sobre o acesso ao mercado. Para os frigoríficos brasileiros, o efeito é imediato: novos embarques acima do limite enfrentam uma estrutura tributária onerosa, o que reduz margens, inviabiliza negócios e exige ajuste na programação industrial.

O governo tenta alternativas, inclusive o aproveitamento de cotas não utilizadas por outros fornecedores, possibilidade que depende do aval de Pequim. A dependência de um único grande comprador impulsionou as exportações da última década e, agora, amplia a exposição do setor a mudanças de política comercial.

Lidos em conjunto, os dois episódios mostram que o novo mapa do comércio global de proteínas deixou de ser decidido apenas por preço, produtividade e capacidade de fornecimento. Rastreabilidade, transparência de processos e comprovação documental ganharam peso comercial.

Comprovar o uso adequado de antimicrobianos exige informação consistente ao longo de toda a vida do animal, e não apenas no momento do abate — integração entre produtores, fornecedores de insumos, sistemas de identificação, frigoríficos e autoridades sanitárias.

A estimativa de até 24 meses para que novos protocolos se reflitam plenamente no ciclo produtivo ajuda a explicar a complexidade da retomada: não se trata apenas de uma decisão diplomática, mas de uma mudança operacional, que depende de registrar, verificar e auditar.

Para o produtor rural, a consequência é direta. Rastreabilidade, regularidade ambiental, organização fundiária e documentação da atividade produtiva deixam de ser custo ou obrigação regulatória e passam a valer acesso a mercado, crédito e investimento. Em um ambiente de exigência crescente por transparência, a qualidade da informação que acompanha o ativo rural pesa cada vez mais na decisão de compradores, instituições financeiras e investidores.

Três frentes concentram a resposta do setor. A primeira é tratar conformidade sanitária e rastreabilidade como investimento permanente, com protocolos verificáveis de controle de antimicrobianos e identificação animal, e não como resposta emergencial a um embargo.

A segunda é diversificar destinos e acompanhar continuamente cotas e condições tarifárias — Estados Unidos, Indonésia e Coreia do Sul ampliam oportunidades, embora nenhum substitua sozinho a escala chinesa ou o preço europeu.

A terceira é a diplomacia econômica e a articulação institucional: na Europa, avançar nas garantias técnicas e nos procedimentos de auditoria da cadeia bovina; na China, mitigar os efeitos do fim da cota e construir previsibilidade para os próximos ciclos comerciais.

A lição que fica é que escala não elimina vulnerabilidade. O Brasil consolidou sua posição entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina do mundo, mas o tamanho da produção não blindou o setor contra decisões tomadas em outras capitais.

A competitividade será definida pela capacidade de comprovar origem, garantir conformidade e antecipar mudanças regulatórias. Produzir bem continua indispensável. Saber comprovar, negociar e antecipar será tão importante quanto produzir.

Stéphano Benevides do Carmo é CEO da Classe A Agro e ex-Secretário Adjunto de Estado de Educação Profissional e Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (SECITECI-MT). Atua há mais de três décadas na gestão pública e participou de projetos relacionados ao desenvolvimento regional